

AGOSTO 2023

44ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA



O xadrez político para 2026

Discurso do governador de Minas, Romeu Zema, inaugura estratégia que pode orientar oposição

Como o Equador se tornou um país dominado pelo narcotráfico

Abigail Disney: a herdeira milionária que vive no mundo mágico da lacração

Índice

Editorial: Prisões abusivas em nome da “democracia” 03

J.R. Guzzo: Moraes está destruindo Monark simplesmente porque quer e ninguém o impede 10

Diogo Schelp: O grupo do Brics vai se tornar um clube de ditaduras? 16

Zema aponta desequilíbrio do pacto federativo e inaugura estratégia que pode orientar oposição 23

Prisão de ex-diretor da PRF dá fôlego para narrativa de governistas na CPMI do 8 de janeiro 34

Como o Equador se tornou um país dominado pelo narcotráfico 45

Abigail Disney: a herdeira milionária que vive no mundo mágico da lacração 55



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



Quem estava no acampamento diante do QG do Exército em Brasília acabou preso, mesmo que não tivesse estado na Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro. | Foto: Renan Ramalho/Gazeta do Povo

EDITORIAL

Prisões abusivas em nome da “democracia”

No Código de Processo Penal brasileiro, o artigo 312 elenca as condições para que alguém seja mantido preso preventivamente: “quando

houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado”. As conjunções importam: não basta haver indício suficiente de que o preso tenha efetivamente cometido um crime; é preciso, também, comprovar que a liberdade do indivíduo investigado traria consigo uma série de riscos. Passados sete meses, ou pouco mais de 200 dias, desde que mais de mil brasileiros foram presos no pós-8 de janeiro, muitos deles sem nem mesmo saber do que eram acusados, é preciso perguntar: por acaso a Procuradoria-Geral da República e o ministro Alexandre de Moraes acreditam que um grupo de menos de 150 pessoas, caso ganhe a liberdade, tentará derrubar o governo e fechar o Supremo?

Andrei Rodrigues, diretor-geral da Polícia Federal, chegou a se vangloriar do que chamou de “maior prisão da história do mundo” a ponto de pleitear a inclusão no Livro Guinness dos Recordes, em referência às 2 mil pessoas (muitas delas bastante simples, além de vários idosos, pais e mães de família) levadas aos presídios da Papuda (masculino) e da Colmeia (feminino) após os atos daquele domingo. Triste Brasil em que um agente da lei se orgulha de sua contribuição para o arbítrio, já que as prisões se deram sem a necessária individualização da conduta – isso quando os detidos tinham alguma ideia do motivo pelo qual estavam sendo privados da liberdade – e incluíram até mesmo pessoas que haviam chegado ao acampamento diante do QG do Exército em Brasília depois do quebra-quebra na Praça dos Três Poderes, a julgar pelo relato do deputado Marcel van

Hattem (Novo-RS), um dos poucos a se preocupar com os abusos cometidos na repressão aos atos de 8 de janeiro.



O garantismo que se aplica sem pestanejar a megatraficantes e a megacorruptos é sumariamente negado a cidadãos brasileiros cujos casos não cumprem as exigências processuais para que se prive alguém de um dos direitos mais fundamentais, a liberdade

A maioria dos que foram presos naquela ocasião já está de volta às ruas, cumprindo outros tipos de medidas restritivas como o uso de tornozeleiras eletrônicas, mas outras 138 pessoas ainda estão na Papuda ou na Colmeia. E isso exige que se faça a pergunta crucial: que risco esses 138

brasileiros ainda oferecem para que se justifique o prolongamento da prisão preventiva? Não há a menor chance de que eles voltem a cometer os “crimes contra a democracia” que lhes são imputados; não há provas a destruir nem testemunhas a intimidar; outras medidas restritivas podem impedir, por exemplo, que eles tentem fugir do país. Mesmo os que já foram liberados provavelmente o foram muito tardiamente, e o próprio Alexandre de Moraes deixou implícito que fazia uso político da prisão preventiva quando mandou soltar 150 detentas por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em março.

Por muito menos o Supremo já colocou na rua um chefe do Primeiro Comando da Capital, e também restituiu a liberdade a um ex-governador com 430 anos em sentenças acumuladas (embora ainda não transitadas em julgado)

pelos crimes de corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, fraude em licitação, formação de quadrilha e organização criminosa. No entanto, o garantismo que se aplica sem pestanejar a megatraficantes e a megacorruptos é sumariamente negado a cidadãos brasileiros cujos casos não cumprem as exigências processuais para que se prive alguém de um dos direitos mais fundamentais, a liberdade.

A manutenção dessas prisões, no entanto, é apenas a face mais evidente de um sistema muito maior de arbítrio. Como já mencionamos, centenas de brasileiros foram presos sem que sua conduta fosse individualizada, e da mesma forma, “no atacado”, foram denunciados e tiveram suas denúncias aceitas pelo Supremo, sendo até mesmo interrogados todos de forma

padronizada. Isso torna muito real a possibilidade de que venhamos a ter uma multidão de condenados que não cometeram crime algum. Evidentemente, quem invadiu, quem depredou, quem agrediu e quem incitou tem de pagar pelo que fez. Mas, em um Estado de Direito onde vigoram o império da lei e o devido processo legal, é preciso descrever com exatidão o que cada réu invadiu e depredou, quem cada réu agrediu, e como cada réu incitou outros a cometer crimes. De resto, estar no lugar errado, na hora errada, na companhia das pessoas erradas, não é crime – ao menos em um país que não tenha sido transformado em uma mistura distópica de Orwell e Kafka.



[Voltar ao índice](#)



Bruno Aiub, conhecido nas redes sociais como Monark | Foto: Reprodução Monark Talks

OPINIÃO

J.R. Guzzo

Moraes está destruindo Monark simplesmente porque quer e ninguém o impede

O Brasil vive há quatro anos, desde que o STF deu a si próprio as funções de polícia política e

passou a mandar no país como uma junta de governo de Terceiro Mundo, uma descida em câmera lenta para a supressão da democracia, das leis e dos direitos dos cidadãos. Há um esforço dos políticos de “esquerda”, das elites intelectuais e da maioria da mídia em esconder isso. Dizem que a salvação do “Estado democrático de direito” exige medidas “firmes” de repressão contra a ameaça dos “golpistas”, do “bolsonarismo” e da “extrema direita”. Tais medidas não podem ser atrapalhadas pelas leis em vigor e pela Constituição Federal.

Mais importante que elas é “defender a democracia” – e se para “defender a democracia” for preciso deixar o sistema legal em pedaços, paciência. É para o próprio bem do Brasil. O STF é que sabe essas coisas, e só ele tem o direito de decidir o que serve e o que não serve para os 220

milhões de habitantes. Essa história de respeitar a lei é conversa de bolsonarista, terrorista, fascista, nazista e terraplanista.

Vem sendo assim desde que o STF, sem a permissão de qualquer lei deste país, abriu o seu inquérito perpétuo contra “atos antidemocráticos”, ou “notícias falsas”, ou o que tem cara de “direita”, ou o que desagrada os ministros; dá tudo na mesma. Esse inquérito só existe porque a PF passou a cumprir ordens ilegais do STF e colocou suas armas a serviço das medidas de repressão ordenadas pelo ministro Alexandre de Moraes no curso das investigações.

O inquérito não segue nenhum processo legal; simplesmente faz o que o ministro manda fazer. As regras são escritas e reescritas no gabinete de Moraes. É como se as leis processuais fossem

sendo criadas ali: hoje são assim, amanhã são assado. Não há recurso possível contra nenhuma de suas decisões. Não há o pleno direito de defesa para os acusados. Não há prazos.

Os indiciados não são ouvidos em interrogatório individual; apenas respondem a um questionário comum. São denunciados em lotes, como gado. Podem ficar na cadeia pelo tempo que o ministro Moraes quiser; ninguém, absolutamente ninguém, tem autoridade para mexer nisso. Os valores exorbitantes das multas não podem ser contestados, nem os bloqueios de contas bancárias, nem a proibição de que os atingidos recebam remuneração por seu trabalho nas plataformas da internet.

A cada dia que passa, a câmera lenta vem se tornando menos lenta. A última demência,

nesta degeneração progressiva da democracia brasileira, foi a retomada colérica da perseguição ao comunicador Bruno Aiub, conhecido nas redes sociais como Monark. É um escândalo serial. Sua vida está sendo destruída pelo ministro Moraes há dois anos.

Agora, num último surto, ele resolveu socar uma multa de 300.000 reais no comunicador, banir suas apresentações e bloquear o pagamento da sua atividade profissional. Chamou atenção, desta vez, o nível de delírio das punições; todo o inquérito é ilegal, mas parece estar havendo um esforço para tornar o ilegal mais ilegal ainda.

Com a exceção da OAB, que apoia histericamente tudo o que sai do Supremo, juristas do

Oiapoque ao Chuí se manifestaram chocados com as últimas punições a Monark.

Entre outras alucinações, ele está sendo castigado por desobedecer ao próprio Moraes - continua fazendo “ataques” ao STF e divulgando “fake news” sobre a limpeza das eleições. São crimes que simplesmente não existem na lei brasileira. Como alguém pode ser castigado por um delito que foi criado pelo juiz? No Brasil de hoje, isso é “defesa da democracia”.



Autor: J.R.Guzzo é jornalista. Nos últimos anos trabalhou como colunista em Veja e Exame.

*Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



O ditador venezuelano Nicolás Maduro e Lula | Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República

OPINIÃO

Diogo Schelp:

O grupo do Brics vai se tornar um clube de ditaduras?

A Venezuela formalizou na semana passada o seu pedido para integrar o Brics, grupo de

países emergentes que, como indica o acrônimo, é composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (o "s" de South Africa, em inglês). O país latino-americano junta-se, assim, a uma extensa lista de nações, perto de 40, que manifestam interesse em ingressar no grupo, que precisaria até mudar de nome, sob o risco de se tornar uma sigla impronunciável (Bricsvaibecei?). Chama a atenção, entre os possíveis candidatos, o grande número de ditaduras, como Arábia Saudita, Irã, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos... O Brics vai se tornar um clube de regimes autoritários?

Não que a configuração atual do Brics se caracterize pelo apego à democracia. China e Rússia são ditaduras, enquanto Brasil, Índia e África do Sul são classificadas como "democracias

falhas" pelo Índice de Democracia da revista britânica The Economist.

É verdade que o Brics não foi formado em torno de similaridades entre os sistemas políticos dos países, mas sim de fatores econômicos e geopolíticos — como as condições materiais para o crescimento, a grandeza territorial, a disponibilidade de matéria-prima e mão-de-obra e a vocação natural para serem potências regionais. O Brics serve para que os integrantes discutam temas de interesse mútuo e cooperem para alavancar o desenvolvimento de suas economias e para ampliar sua influência internacional.



Em seus dois primeiros mandatos, Lula recorrentemente tomou decisões na política externa que favoreceram esses vizinhos, mesmo em situações que batiam de frente com os interesses brasileiros

Ocorre que, com o passar do tempo, com o crescimento exponencial da China, tanto em termos econômicos como geopolíticos, a liderança de Pequim no grupo tornou-se cada vez mais saliente. Enquanto o grupo for restrito a cinco membros, no entanto, essa influência ainda pode ser balanceada pela atuação dos outros. Se o grupo for ampliado, porém, o poder relativo dos membros mais "fracos", como é o caso do Brasil, vai ser diluído.

Por esse motivo, não interessa ao Brasil a ampliação desenfreada do grupo. Na configuração atual, o Brics é um fórum que dá projeção e prestígio à diplomacia brasileira. Ampliado, o grupo se tornará com mais clareza um instrumento de influência global da China, que anseia por instâncias multilaterais com as quais possa fazer frente aos espaços de discussão global das potências ocidentais dos quais não faz parte, como o G7 (grupo das economias mais avançadas do mundo), liderado pelos Estados Unidos, ou a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O interesse da diplomacia brasileira pelo Brics perpassa governos e ideologias. Estabelecido em 2009, no governo Lula, o Brics fez parte das prioridades da política externa na presidência de Michel Temer (2016-2018), que de resto

pouco ou nada aproveitou da diplomacia lulista, e também não foi ignorado pelos estrategistas externos de Jair Bolsonaro. No plano de governo de Bolsonaro na campanha para a reeleição, no ano passado, o Brics era citado, ao lado do G20 (grupo que reúne as maiores economias do mundo), como exemplo da participação do Brasil em "agrupamentos de países, voltados ao enfrentamento de desafios políticos e econômicos globais".

Apesar de uma possível expansão do Brics não ser do interesse estratégico do Brasil, Lula tem se manifestado publicamente a favor dessa hipótese — com ênfase para o ingresso da Argentina e da Venezuela. Em seus dois primeiros mandatos, Lula recorrentemente tomou decisões na política externa que favoreceram esses vizinhos, mesmo em situações que batiam de

frente com os interesses brasileiros. Costumava-se dizer, na época, que isso ocorria "por ideologia", mas descobriu-se depois que a verdadeira motivação era beneficiar grupos empresariais amigos com interesses comerciais nesses países, principalmente na Venezuela.

E agora, o que move Lula a apoiar algo que os diplomatas de carreira do Itamaraty, silenciosamente, consideram descabido?



Autor: Diogo Schelp, jornalista, foi editor executivo da revista Veja. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo) reabriu o debate sobre a distribuição de recursos federais e foi tachado de separatista. | Foto: Divulgação/Flickr/Romeu Zema

XADREZ POLÍTICO

Zema aponta desequilíbrio do pacto federativo e inaugura estratégia que pode orientar oposição em 2026

Por Sílvio Ribas

O discurso do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), em favor da articulação

dos sete estados do consórcio Sul-Sudeste (Cosud) para defender os interesses das duas regiões no âmbito da Federação, a começar pela reforma tributária, desencadeou diversas e intensas reações de políticos. Para analistas, porém, o governador mineiro iniciou uma estratégia ousada para mobilizar a oposição na eleição presidencial de 2026.

A maioria das reações tratou rapidamente de classificar Zema como separatista e preconceituoso, sobretudo com o Nordeste. Em resposta às críticas, ele explicou que a coalizão Sul-Sudeste proposta em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo visa “somar esforços” e não “diminuir regiões”.

Ao aparentemente abandonar a tradição conciliadora da política mineira e investir numa

articulação a partir de blocos definidos pela geografia, Zema parte do elo natural em torno de demandas dos estados mais desenvolvidos para testar narrativas tradicionais em torno da desigualdade regional, que sempre são usadas em favor do populismo, sobretudo de esquerda.

Quando defende explicitamente a cooperação entre duas regiões que somam 56% da população, 70% da economia e cerca da metade (256) dos 513 votos na Câmara, Zema tenta ainda reequilibrar a própria Federação.

“Diálogo e gestão são fundamentais para o Brasil ter mais oportunidades. A distorção dos fatos traz divisão, mas a força do país está no trabalho em união”, sublinhou.

Para o cientista político Ismael Almeida, a fala de Zema não abraça a ideia separatista, como políticos de esquerda exageradamente impu-
taram, mas sim destaca desigualdades na Federação e questões sempre evitadas por sua natureza politicamente sensível. Ele esclarece que os incentivos dados ao Norte e ao Nordeste, desde a Constituinte, foram justificados devido às disparidades regionais flagrantes.

“A realidade dessas regiões, contudo, melhorou de forma geral, enquanto Sul e Sudeste enfrentam perdas, boa parte devido à desindustrialização”, ressaltou, lembrando que bolsões de pobreza podem ser encontrados hoje no Rio Grande do Sul, por exemplo. “Zema apontou para a necessidade de reavaliar o pacto federativo, pois, caso a desigualdade persista, todos os estados sofrerão as consequências”.

Mapa das urnas replica divisão ideológica em nível regional

Numa camada menos explícita, a estratégia do governador convalida o aspecto regional da polarização político-ideológica do país e procura nova abordagem para os redutos eleitorais dominados por governos de esquerda que também são alvos prioritários de investimentos federais, sobretudo na área social.

Zema desnuda o tratamento desigual da União para com a parcela majoritária da população, sobretudo a localizada nos três maiores colégios eleitorais – Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro – e toma a dianteira em um debate antes protagonizado pelos governadores paulistas. Analistas questionam, por exemplo, porque o Consórcio Nordeste, que exibiu uma forte

postura política contra o governo anterior, não pode ser interpretado também como arranjo divisionista. A discussão será reaberta.

A aposta de Zema no Cosud também coloca dificuldades para a estratégia de Lula anunciada no começo de seu mandato, de buscar uma aproximação com os governadores, sem se importar com a filiação partidária de cada um, em contraponto à política de bancadas temáticas na Câmara idealizada por Bolsonaro.

Uma nova lógica de discussão em torno dos recursos federais pode relativizar o papel dominante de vínculo de Lula com os governos estaduais para viabilizar projetos estaduais e regionais.

Eleitorado de Minas Gerais tem sido o fiel da balança eleitoral

De acordo com Arthur Wittenberg, professor de políticas públicas no Ibmecc-DF, a abordagem de Zema introduziu nova perspectiva na política mineira, que tradicionalmente se caracterizou pela busca de consensos bastante abrangentes. Tal característica é um reflexo da diversidade presente em Minas, estado que abriga tanto regiões prósperas quanto outras mais carentes.

Entretanto, ele identifica na estratégia do governador a exploração de tensões regionais, ideológicas e políticas latentes. “Prova disso são políticos e eleitores mineiros e paulistas que ocasionalmente expressam a sensação de contribuir mais do que recebem no contexto da Federação”, disse. Ele destaca que, apesar de Lula ter vencido em todos os estados do Nordeste, em Minas a vitória foi por uma margem estreita. Por outro lado, Bolsonaro

venceu nos estados do Sul e Centro-Oeste, e no restante do Sudeste.

Com sua aposta no Cosud, Zema abarca o principal fator de decisão dos últimos pleitos presidenciais, resumido justamente em seu próprio estado. Minas Gerais foi o responsável pelas derrotas em margens apertadas de Aécio Neves (PSDB) contra Dilma Rousseff (PT) e de Jair Bolsonaro (PL) contra Lula (PT).

O mapa eleitoral do pleito de 2022 consolidou uma espécie de secessão nacional entre a metade azul da direita nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste versus a metade vermelha da esquerda, de Norte e Nordeste. Nessa dicotomia Norte-Sul, destoam apenas Roraima e Minas Gerais.

O retrato que consagra o Nordeste como potência eleitoral da esquerda e Minas como fiel da balança também pode animar o debate sobre o modelo de desenvolvimento nacional que não venceu a elevada dependência das populações das regiões menos desenvolvidas por programas assistenciais e de transferência de renda, reforçando as convicções liberais de Zema, em favor da atividade produtiva e da livre iniciativa.

Como saldo indireto, o discurso de Zema de agregador dos estados mais industrializados e economicamente dinâmicos pode fortalecer a sua própria imagem no eleitorado mineiro, que valoriza o protagonismo nacional de seus líderes associado à valorização das suas raízes.

Com o desafio de vencer o fenômeno eleitoral de esquerda que se replica nos municípios das

áreas norte e nordeste de seu próprio estado, o governador desafia a lógica da transferência das receitas federais como instrumento de progresso econômico e joga luz sobre o problema da sub-representação eleitoral da parte majoritária da nação. Não por acaso, o governador é alvo constante de interpretações equivocadas de suas falas.

Por fim, ao identificar a maioria parlamentar de Sul e Sudeste na Câmara, pressiona as bancadas de esquerda de cada um dos seus estados a defenderem interesses dos seus eleitorados e agrega um novo fator definidor na Casa legislativa com mais peso na definição das questões orçamentárias.

Como no Senado, o Nordeste representa um terço dos votos e alcança a maioria em

articulação com Norte e Centro-Oeste, regiões também servidas por fundos de desenvolvimento regional, o foco na Câmara serve para fortalecer o contraponto ao desenvolvimentismo que domina a política desde Getúlio Vargas, intensificado após o governo Juscelino Kubitschek, com contribuições dos governos militares, sobretudo de Ernesto Geisel, e apropriado pela esquerda.



[Voltar ao índice](#)



Senadora Eliziane Gama (PSD-MA), relatora da CPMI do 8 de janeiro, vê na prisão do ex-diretor da PRF a oportunidade para reconvocá-lo. | Foto: Roque de Sá/Agência Senado

OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Prisão de ex-diretor da PRF dá fôlego para narrativa de governistas na CPMI do 8 de janeiro

Por Sílvio Ribas

A prisão de Silvinei Vasques, ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), pela Polícia

Federal (PF), dá munção à maioria governista da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro para defender a tese da relatora, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), de uma suposta interferência da PRF no segundo turno das eleições de 2022. Por outro lado, a oposição enxerga a prisão como perseguição política e "cortina de fumaça" para esconder omissões do governo federal no episódio da invasão das sedes dos Três Poderes.

A Operação Constituição Cidadã, da PF, tem justamente como foco apurar se diretores da PRF direcionaram recursos materiais e humanos para bloquear o deslocamento de eleitores do Nordeste em 30 de outubro. Este é um dos pontos da cronologia definida pela relatora de suposto golpe de Estado liderado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Além de questionar o testemunho de Vasques na CPMI em 20 de janeiro, que inaugurou a fase de oitivas da comissão, a operação da PF pode também subsidiar a relatora no seu esforço para contestar informações prestadas por Anderson Torres, ex-ministro da Justiça.

Tanto Vasques quanto Torres decidiram responder a todas as perguntas feitas por parlamentares e apresentaram documentos para reforçar as suas defesas, negando qualquer interferência nas eleições. Apesar disso, os membros da base do governo na CPMI persistem na identificação de colaboradores do suposto golpe, tendo Vasques e Torres como dois dos principais alvos. Até mesmo o pedido de prisão do ex-diretor da PRF por falso testemunho já havia sido sugerido.

“Não houve interferência do Ministério da Justiça no planejamento operacional da PRF e o seu diretor-geral informou que o planejamento do segundo turno tinha sido semelhante ao primeiro. Ninguém deixou de votar, e o próprio TSE [Tribunal Superior Eleitoral] reconheceu isso”, afirmou Torres à CPMI. “O Nordeste, junto com o Norte, foram onde a PRF menos realizou fiscalização. Onde mais se fiscalizou foi no Sudeste, depois no Sul, no Centro-Oeste”, declarou Vasques ao colegiado.

Para analistas e políticos de oposição, as prisões de Torres, hoje monitorado por tornozeleira eletrônica após quatro meses no cárcere; do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid; e, agora, de Vasques, traçam uma nítida perspectiva de encalço ao ex-presidente. O deputado federal Evair de

Mello (PP-ES), vice-líder da oposição, criticou a prisão de Vasques e disse que a operação foi “desproporcional e desnecessária”.

“É mais uma cortina de fumaça para acobertar que todas as verdades possam aparecer. O próprio Alexandre de Moraes, quando determina para que não se façam operações policiais no dia do segundo turno, naturalmente ele faz uma intervenção na prerrogativa da polícia e no processo eleitoral”, afirmou.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) disse que Vasques "está sofrendo a real 'violência política'". "A Polícia Federal, chefiada pelo amigo íntimo de Lula, é usada para perseguição. Atenção PRFs, não TRABALHEM, pois vocês podem ser PRESOS por 'ato antidemocrático'".

Nem usem camisa do Flamengo com nº 22. O 13 tá liberado", tuitou.

Relatórios da defesa contestam a tese de obstrução de eleitores

Silvinei Vasques é investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) por suposto uso indevido do cargo. Em novembro, o MPF entrou com ação contra ele, argumentando que favoreceu Bolsonaro na campanha, citando postagens dele em redes sociais e blitzes da PRF no Nordeste, que teriam impedido a circulação de ônibus, dificultando a chegada de eleitores às urnas.

Os dados oficiais apresentados por Vasques revelaram, contudo, comparecimento recorde aos locais de votação da região e ausência de transtornos em decorrência das inspeções para

verificar possível compra de votos, que levaram à apreensão de altas somas de dinheiro em espécie, fatos corroborados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O deputado Delegado Ramagem (PL-RJ) ressaltou a avaliação positiva do próprio presidente do TSE, Alexandre de Moraes, logo após o segundo turno, enaltecendo que o “eleitor se dirigiu à sua seção eleitoral, votou tranquilamente e retornou à sua casa sem maiores problemas”, endossa essa afirmação.

Após o depoimento de Vasques na CPMI, o colegiado notificou o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Advocacia do Senado, sobre indícios de que o ex-diretor da PRF teria colaborado com “fatos preparatórios” aos atos de 8 de janeiro. O documento defendia a quebra dos

sigilos telefônico e bancário dele, contestadas pela sua defesa.

Para os seus advogados, a aprovação de quebra de sigilo foi uma “verdadeira violência à Constituição e à imagem e privacidade” do ex-diretor por “não ter nenhuma relação com os atos” de vandalismo na Praça dos Três Poderes.

Em sua defesa, Vasques lembrou que o Nordeste, por ser a região com maior número de estados (nove) e onde se encontra a maior malha rodoviária federal, é onde também está o maior número de unidades e de efetivos da PRF. Além disso, lembrou que, historicamente, a região registra as maiores quantidades de acidentes com vítimas e de crimes eleitorais, com liderança nas prisões em flagrante. Segundo o policial hoje aposentado, a PRF registrou 900

multas no período das eleições no Nordeste. Para os governistas, contudo, as ações levaram em conta o desempenho eleitoral mais favorável ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na região.

Relatora quer a reconvocação de Vasques para refazer perguntas

Durante entrevista coletiva realizada na manhã da quarta-feira (9), para abordar a prisão de Silvinei Vasques, a relatora da CPMI, Eliziane Gama, demonstrou interesse em reconvocar o policial aposentado para refazer perguntas. Ela reiterou os seus questionamentos em relação a supostos aspectos sigilosos discutidos durante a reunião do Conselho Superior da PRF, ocorrida em 19 de outubro, com todos os superintendentes e altos gestores da instituição. Ela vê

possíveis indícios de coordenação. Além disso, a parlamentar voltou a destacar o aumento substancial dos recursos destinados ao Nordeste nas operações para o segundo turno, por meio do aumento das diárias, originalmente estimadas em R\$ 500 mil e posteriormente ampliadas para R\$ 3 milhões.

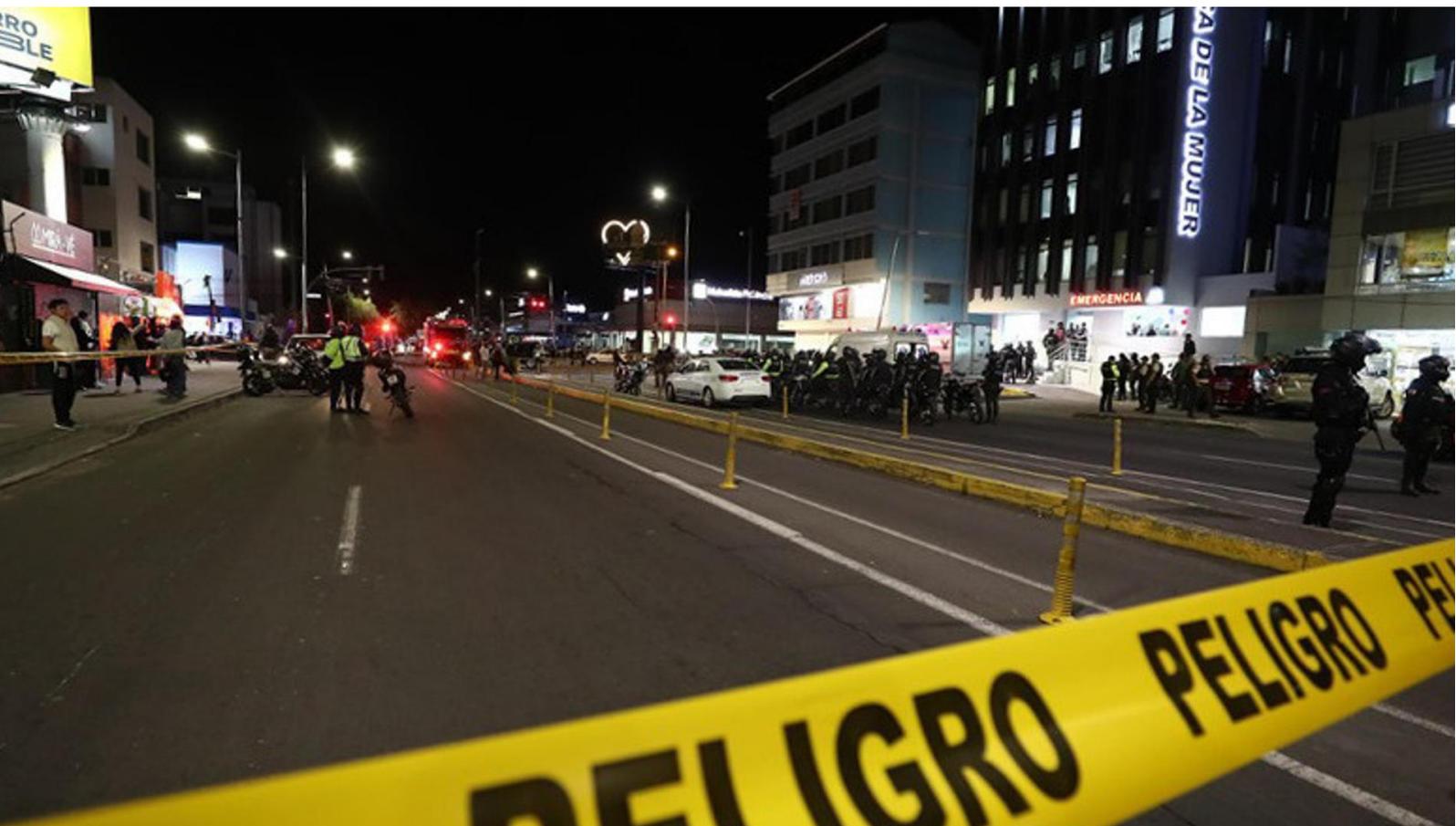
Outro ponto que ela tornou a citar foi a compra pela PRF de 69 veículos blindados da empresa Combat Armor, realizada entre os anos de 2020 e 2021, ao custo de R\$ 36 milhões. A aquisição deveria, segundo ela, ser considerada pelas investigações em curso. A senadora, aliada política do ministro Flávio Dino (Justiça), não descartou a possibilidade de, em uma etapa posterior, requerer a convocação do ex-presidente Jair Bolsonaro para prestar depoimento em relação a essa mesma temática.

O senador Eduardo Girão (Novo-CE) ressaltou que a oposição não teme qualquer investigação, sendo que a convocação de Anderson Torres foi, por exemplo, também pedida por ele.

“Mas aqueles que se dizem as vítimas é que querem proteger os poderosos. Veja o caso do ministro da Justiça, Flávio Dino, que descumpriu o prazo de 48 para entregar as imagens do Ministério da Justiça e só agora, depois de pedir licença ao STF, vai entregar para a comissão. Nosso alvo é a verdade dos fatos”, disse.



[Voltar ao índice](#)



Ascensão das facções locais e sua ligação com os cartéis mexicanos fizeram a violência no Equador disparar | Foto: EFE/José Jácome

VIOLÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Como o Equador se tornou um país dominado pelo narcotráfico

Por John Lucas

O assassinato de Fernando Villavicencio

Valencia, em Quito, capital do Equador, chocou

o mundo e expôs como a violência vem se alastrando no país, que até pouco tempo atrás era considerado pacífico - ao menos na comparação com vizinhos mais problemáticos.

Villavicencio foi morto com três tiros na cabeça ao deixar um comício realizado em um ginásio de um colégio na capital equatoriana. Ele tinha 59 anos e era o candidato do movimento de centro-direita Construye à presidência do país.

Nesta quinta-feira (10), membros da facção Los Lobos, considerada uma das maiores organizações criminosas do Equador, reivindicaram a responsabilidade pela morte de Villavicencio. Por meio de um vídeo, também fizeram ameaças a outros presidentiáveis do país, como o empresário Jean Topic, candidato que se define como um “outsider”.

Apesar do grupo criminoso assumir a responsabilidade pelo crime, a polícia equatoriana não confirmou se a facção foi realmente a autora do assassinato de Villavicencio até o momento.

Depois, outros integrantes de Los Lobos negaram a autoria do crime.

Verdadeira ou não, a alegada participação da organização criminosa no assassinato de Villavicencio expõe a influência dos cartéis envolvidos no tráfico de drogas e sua ascensão em todo o território equatoriano nos últimos anos.

Apesar de viver um cenário político conturbado desde a redemocratização, o Equador não era reconhecido como uma nação cuja população estava entregue aos cartéis e ao narcotráfico - ao contrário da vizinha Colômbia.

O aumento do poder das organizações que lutam pelo controle do tráfico de drogas no país fez com que as ruas do Equador, que antes viviam um cenário de certa estabilidade, se transformassem em um campo de batalha marcado por violência, assassinatos e a influência devastadora do crime organizado.

Em 2017, a taxa de homicídios no Equador era de 5,6 por 100 mil habitantes, uma das mais baixas da América Latina. No entanto, esse índice disparou nos últimos anos e chegou a 25,5 assassinatos por 100 mil habitantes em 2022.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que a violência é epidêmica numa região quando ocorrem mais de dez homicídios para cada 100 mil habitantes.

A elevação das taxas de mortalidade acompanhou a transformação do Equador em uma rota primordial para a exportação de cocaína oriunda da Colômbia e do Peru, dois dos principais produtores mundiais da droga.

Alinhada a esses problemas, está também a falta de medidas eficazes de aplicação da lei para frear a ascensão e o fortalecimento do tráfico de drogas.

Isso abriu portas para que grupos criminosos internacionais e locais pudessem estabelecer de forma definitiva suas operações no país. A violência cresceu ainda mais quando as facções locais buscaram afirmar seu domínio sobre os territórios e rotas de drogas mais lucrativos.

As facções criminosas, como Los Choneros e Los Lobos, desempenham papéis centrais nesse cenário. Los Choneros, ligada ao Cartel de Sinaloa, do México, costumava ser a facção dominante no Equador. No entanto, após a morte de seu líder, Jorge Luis Zambrano, em 2020, o grupo perdeu sua hegemonia no país.

Isso abriu caminho para Los Lobos: são mais de 8 mil membros distribuídos pelas cidades e prisões equatorianas. O grupo está envolvido nos grandes massacres em prisões do Equador, no tráfico de drogas e até na mineração ilegal.

Atualmente, Los Lobos competem com outras facções, como a Los Tiguerones, que nasceu dentro da Los Choneros, pelo controle das prisões no Equador e do tráfico de drogas no país. A organização criminosa colabora com o

cartel mexicano Jalisco Nova Geração (CJNG), que busca controlar as rotas de cocaína no país e ampliar sua influência na região.

Os confrontos entre esses grupos criminosos têm resultado em massacres dentro dos presídios do Equador, com um grande número de mortos. Em 2021, por exemplo, os confrontos entre Los Choneros e Los Lobos levaram à morte mais de 300 presos equatorianos.

Além dessas facções, atuam também no Equador o colombiano Clã do Golfo, as dissidências das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e facções locais como Los Lagartos e La Jauría.

O grupo venezuelano Tren de Aragua, o brasileiro Comando Vermelho e até a máfia albanesa são outras organizações que atuam no Equador.

Demais fatores

A crise econômica agravada pela pandemia de Covid-19 também contribuiu para a violência e para o crescimento das facções e do tráfico de drogas no Equador, uma vez que muitos jovens acabaram sendo recrutados para as organizações criminosas com a promessa de grandes retornos financeiros.

Também ocorre no país o recrutamento forçado de crianças pelas facções, com a maioria dos casos ocorrendo dentro das escolas do Equador. O narcotráfico também tem influência na política equatoriana: alguns candidatos a cargos

públicos são financiados ou ameaçados pelos cartéis, que buscam garantir a sua impunidade e a sua expansão.

O governo equatoriano, ainda comandado por Guilherme Lasso (que não tentará um novo mandato na eleição presidencial do próximo dia 20), tem tentado responder a essas ações com medidas como decretos de estado de exceção para tentar controlar o aumento da criminalidade, mas não tem obtido sucesso.

O fracasso na tentativa de controlar o tráfico se reflete também na grave crise política que alcançou o governo federal. Ameaçado pelo segundo processo de impeachment em menos de um ano, Lasso dissolveu a Assembleia Nacional e convocou eleições antecipadas para o Executivo e Legislativo do país. Seu sucessor

terá a difícil missão de governar um país dominado pelo crime organizado.

“Eu diria que o Equador é um narcoestado governado desde as prisões pelo crime organizado”, disse Carla Álvarez, professora e pesquisadora de segurança no Instituto de Altos Estudos Nacionais (IAEN) do Equador, em entrevista à BBC.



[Voltar ao índice](#)



Abigail Disney durante um protesto ambientalista em Nova York contra o uso de jatinhos particulares | Foto: Margaret Klein (Climate Emergency Fund)

PERFIL

Abigail Disney: a herdeira milionária que vive no mundo mágico da lacração

Por Omar Godoy

“Era uma espécie de cerimônia. Quando completávamos 21 anos, nosso advogado nos

levava para almoçar e informava quanto havíamos herdado. Quando chegou a minha vez, em 1981, soube que receberia US\$ 10 milhões [R\$ 49,2 milhões na cotação atual]. Eu fiquei muito, muito aborrecida. Diria até que fiquei traumatizada com o número.”

É assim que Abigail Disney, herdeira de um dos maiores conglomerados de entretenimento do planeta, costuma contar como ela e seus três irmãos descobriram que seriam ricos para sempre. Sobrinha-neta de Walt, neta de Roy Oliver (cofundador da companhia) e filha de Roy Edward (responsável pelo chamado “renascimento da Disney”, no final da década de 1990, quando a empresa voltou a produzir animações de sucesso, como ‘A Pequena Sereia’ e ‘O Rei Leão’), ela seguiu os passos da família e também atua no meio audiovisual.

Seu campo de trabalho, no entanto, não é o dos desenhos, comédias ou filmes de aventura. Aos 63 anos, Abigail é uma ativista política e diretora de documentários que buscam denunciar a opressão contra os menos favorecidos. Uma atividade nobre em se tratando de uma mulher privilegiada, com ótima educação superior (fez cursos em Yale, Stanford e Columbia) e dona de um patrimônio atualmente estimado em cerca de US\$ 500 milhões (R\$ 2,46 bilhões na cotação atual).

Mas, para parte da opinião pública norte-americana, Abigail é uma milionária mimada e vaidosa, que encontrou na justiça social uma janela para se promover e sair da sombra de seus parentes famosos. Sua última “sinalização de virtude”, como se diz nos EUA, aconteceu há duas semanas, quando ela foi

detida e fichada em um aeroporto de Nova York durante um protesto contra o uso de jatinhos particulares.

Liderados por entidades ambientalistas, os manifestantes invadiram a pista e formaram uma espécie de barreira humana, rapidamente desfeita pela polícia — o que não impediu a circulação global dos registros em fotos e vídeos. Dias depois, Abigail escreveu um artigo para o jornal britânico *The Guardian* sobre o ocorrido intitulado “Eu costumava andar de avião particular, agora prefiro ser presa protestando contra eles”.

O texto defende a ideia de que os voos privados são insustentáveis e moralmente indefensáveis em tempos de uma suposta catástrofe ecológica iminente. E traz uma passagem na qual a

herdeira do império Disney relata como se conscientizou com relação à causa. “Meu pai tinha um Boeing 737 com uma cama queen size. Eu adorava aquele avião. Mas, um dia, voando sozinha da Califórnia [seu estado natal] para Nova York [onde mora], tive uma epifania. Meu conforto e conveniência de repente pareciam problemas ridiculamente pequenos quando confrontados com o trem de carga climático que está vindo em nossa direção.”

Em tempo: no dia seguinte da publicação, o Guardian retirou do artigo a informação de que 50% das emissões de carbono da aviação são causadas por jatos particulares. “O dado foi baseado em uma leitura incorreta das estatísticas”, explicou o jornal.

Para a ativista, a Disney perdeu sua “bússola moral”

Casada com o produtor de cinema Pierre Hauser e mãe de quatro filhos, Abigail gosta de dizer que se converteu ao progressismo na universidade de Yale, no início dos anos 1980, quando ganhou de uma amiga camisetas com a imagem de Che Guevara e o símbolo dos sandinistas da Nicarágua. “Na faculdade, entendi que Ronald Reagan não era uma boa pessoa. E meus pais adoravam o chão por onde ele pisava. Isso se tornou uma coisa muito dolorosa para mim”, afirmou, em 2019, à revista *New Yorker*.

Essa foi apenas uma das várias ocasiões em que a diretora expôs ou criticou publicamente a própria família e a fonte de sua fortuna.

Segundo ela, o pai trocou a mãe, doente de Alzheimer, por uma mulher muito mais jovem, e o tio-avô, Walt, era racista, sexista e antissemita. Mas o ponto alto desse fogo amigo foi a produção de ‘The American Dream and Other Fairy Tales’ (‘O Sonho Americano e Outros Contos de Fadas’), um filme-denúncia sobre as péssimas condições de trabalho nos parques da Disney.

Lançado no ano passado, o documentário acompanha a rotina de quatro funcionários da Disneylândia, na Califórnia. Com sérias dificuldades para sobreviver devido aos baixos salários recebidos, alguns deles chegam a procurar comida no lixo para alimentar seus filhos. “A Walt Disney Co. seguiu o caminho de quase todas as grandes companhias deste país e também começou a se achar maior do que tudo.

Era uma empresa mais humana, gentil e bondosa. Mas perdeu sua bússola moral”, disse a cineasta durante a divulgação do longa.

Em uma nota enviada à imprensa, um porta-voz do conglomerado afirmou: “O relato da ativista social e cineasta é um exagero grosseiro e injusto dos fatos”. O comunicado ainda traz informações que contestam a narrativa do filme — especialmente quanto à política de correção salarial, cobertura de saúde, assistência infantil e acesso ao ensino superior gratuito, entre outros benefícios oferecidos pela empresa.

Nos bastidores, comenta-se que o documentário é fruto de uma picuinha pessoal envolvendo Abigail e Robert Iger, CEO da companhia e sistematicamente condenado pela

herdeira por conta dos altos salários e bônus anuais que define para si. A rixa teria começado em 2003, quando seu pai pediu para deixar o conselho da Disney, em um movimento que teve como consequência a escalada de Iger (notório por dobrar a receita global da empresa em sua gestão). Desde então, nenhum membro da família participa da administração do grupo.

Diretora é considerada superficial em seus documentários

Mesmo tendo recebido um Emmy — o principal prêmio da televisão americana — pelo documentário ‘The Armor of Light’ (‘A Armadura de Luz’, de 2015, acerca da relação entre a religião e a cultura armamentista nos EUA), Abigail não é exatamente uma realizadora consagrada no meio cinematográfico. Para

muitos críticos, seus trabalhos, seja como diretora ou produtora, são parciais, possuem uma linguagem arrastada e trazem abordagens superficiais, além de manipular emocionalmente os personagens para comover o público.

‘Pray the Devil Back to Hell’ (‘Reze para o Diabo Voltar ao Inferno’, 2008), por exemplo, sobre o papel pacificador das mulheres durante a guerra civil da Libéria, recebeu avaliações negativas por não mostrar o contexto sociopolítico do país, entregando para o espectador uma visão incompleta daquela realidade.

Já "Forks Over Knives" (de 2011, conhecido no Brasil como “Troque as Facas pelos Garfos”) peca por promover uma dieta 100% vegetariana sem apresentar dados científicos rigorosos. E

mesmo o premiado ‘The Armor of Light’ foi acusado de omitir perspectivas diferentes das defendidas pela cineasta.

Esses comentários se estendem ao ativismo da “pessoa física” Abigail, considerado vazio, marqueteiro e desconectado do mundo real. Do alto de seu castelo, construído pela empresa que tanto denuncia, ela jamais fez o mínimo esforço para resolver internamente, em nível corporativo, os problemas de ordem social apontados pelos empregados da Disney.

E por mais que alegue já ter doado US\$ 70 milhões (R\$ 344,4 milhões) para a caridade nos últimos 30 anos, esse valor é bem inferior ao destinado por outros filantropos da indústria do entretenimento — o próprio Robert Iger, seu “rival, e rico há menos tempo, comanda uma

fundação com ativos avaliados em mais de US\$ 100 milhões (R\$ 492 milhões).

Por trás da lacração de seus protestos performáticos, Abigail Disney parece ainda habitar um reino de fantasia paralelo, onde ignora a complexidade da vida contemporânea e não dá sinais de que está realmente comprometida com mudanças efetivas.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Prisões do 8 de janeiro completam 7 meses com 138 pessoas ainda no regime fechado e sem julgamento](#)
- [Falta de acordo trava avanço de arcabouço fiscal e PL das fake news na Câmara](#)
- [Lula prepara “combo” de indicações para o Judiciário até o final de 2023](#)
- [“República da Companheirada”: Lula põe sindicalistas e velhos amigos em cargos-chave](#)
- [Educação “antirracista” leva pauta radical para a sala de aula](#)
- [Desconexão e isolamento: o mundo assiste a uma epidemia de solidão entre os idosos](#)
- [Doutrinação: novos livros de história russos enaltecem guerra na Ucrânia](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Estagiária: Maria Eduarda Souza Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice